



## Contra a foice e o martelo: a invenção do anticomunismo no Exército Brasileiro

Luiz Otavio Monteiro Junior<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar a origem da ideologia anticomunista no seio do Exército Brasileiro. Focando no período que se inicia em 1930 e se estende até 1945 – Era Vargas –, o trabalho observou a produção intelectual da força de modo a traçar a historicidade da ideologia anticomunista dentro do pensamento militar. Para tal, foram estudados os artigos escritos sobre o tema dentro das revistas Defesa Nacional e Club Militar, acrescidas após 1935 dos pronunciamentos e ordens do dia referentes ao que ficou conhecido como Intentona Comunista. Procura-se com isso confrontar a ideia de que o Exército seria, por natureza, o bastião do anticomunismo no Brasil.

**Palavras-chave:** Anticomunismo, Exército Brasileiro, Era Vargas.

**Abstract:** This article aims to analyze the origin of the anti-communist ideology within the Brazilian Army. Focusing on the period beginning in 1930 and extending to 1945 - Vargas Era - the work observed the intellectual production of the force to trace the historicity of anticomunist ideology among the military thought. To this end, we studied the writings on the topic within the National Defense and Military Club journals, added of the pronouncements and agendas related to what became known as Communist Conspiracy after 1935. The goal with this research is to confront the idea that the Army would be by nature the bastion of anti-communism in Brazil.

**Keywords:** Anticommunism, Brazilian Army, Vargas Era.

### Introdução

No dia 31 de março – ou 1º de abril, segundo algumas fontes - de 2014 foi “comemorado” o aniversário de 50 anos do Golpe Militar de 1964. O evento, que foi uma ruptura drástica da institucionalidade política do país, gerou um governo ditatorial que perdurou por vinte e um anos no Brasil, agindo em nome da defesa dos valores brasileiros frente ao perigo comunista que abatia o país àquele momento.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense. Contato: [lormjunior@gmail.com](mailto:lormjunior@gmail.com).  
Artigo recebido em 7 de junho de 2016.

Às vésperas do aniversário desse ano, elementos da sociedade civil reavivaram – ainda que forma mínima e bastante insípida – a necessidade de mais uma intervenção militar contra o perigo comunista. Na chamada para a reedição da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” – ocorrida, originalmente, no dia 19 de março de 1964, com adesão de meio milhão de pessoas (MOTTA, 2002) -, os organizadores do evento clamavam pelo retorno do setor militar ao comando do país para afastar os “comunistas e os pensadores de esquerda” (PEIXOTO, 2014).

A despeito do anacronismo presente em um evento de tal porte nos dias atuais, é interessante notar a associação automática que se faz, ainda hoje, entre a casta militar e o combate ao comunismo. Se isso era verdadeiro e originou um golpe de Estado em 1964, é possível perceber um continuísmo nesse pensamento que vê nos militares uma salvaguarda do pensamento anticomunista. A grande questão é: por quê?

De acordo com Gomes Pedrosa (2012), o sentimento anticomunista é muito caro às Forças Armadas dado seus dois pilares organizacionais: a hierarquia e a disciplina. O entendimento básico é que a ideologia comunista quebra esses princípios, ameaçando não tão-somente as posições de mando, como também a estrutura militar *per se*. Somado a isso, os militares são imbuídos de fortes sentimentos de nacionalismo e patriotismo, os quais entram em choque com o internacionalismo proletário pregado pelos partidos comunistas (GOMES PEDROSA, 2012, p. 10 – 11). Por fim, um conservadorismo intrínseco por parte dos militares os torna defensores do *status quo*, rejeitando assim a via revolucionária e a dissolução das instituições enquanto gestão política.

A base desse tipo de argumento é que, em suma, as Forças Armadas possuem um sentimento de ojeriza ao comunismo de forma quase inata. A construção do entendimento do que é ser militar consiste, assim, em internalizar certos valores que entram em choque com o que é preconizado pelo comunismo. Em poucas palavras: ser militar é ser anticomunista.

Por outra via, Martins Ferreira (2005) defende que é preciso entender as Forças Armadas enquanto um ente político próprio. Nesse sentido, as organizações se colocam no cenário público de forma autônoma, dispostas a cooperar ou competir com determinados atores em busca de seus objetivos, sejam esses suas funções constitucionais ou mesmo objetivos traçados pelo grupo dominante da organização. Assim sendo, o anticomunismo é entendido enquanto uma ideia ou ideologia que em dado momento deu coesão às Forças Armadas, atendendo aos seus objetivos à época.

Se a leitura de Gomes Pedrosa tem por grande problema argumentativo a falta de uma historicidade ao anticomunismo das Forças Armadas brasileiras, a visão de Martins Ferreira traça o oposto: o anticomunismo tem por marco inicial a Intentona Comunista de 1935.

É dentro dessa perspectiva que enxerga a Intentona Comunista como um momento “especial” para formulação da ideologia anticomunista nas Forças Armadas que se insere o presente artigo. Nosso objetivo aqui é traçar, durante toda a Era Vargas, como se deu o desenvolvimento do anticomunismo no seio da casta militar, especificamente o Exército Brasileiro. Para tal, buscamos

observar o nível das produções intelectuais de duas revistas editadas pela força durante o período: *A Defesa Nacional* e a *Revista do Club Militar*. A elas soma-se, pós-1935, as alocuções e ordens do dia referentes ao dia 27 de novembro, data de comemoração da vitória sobre os rebeldes comunistas.

O artigo é dividido em quatro partes: o período que vai de 1930 a 1935, ou seja, o início da Era Vargas até a Intentona; o biênio 1936 e 1937, prelúdio do golpe de Estado; os anos de 1938 à 1945, correspondentes ao Estado Novo varguista e, finalmente, a conclusão que recapitula o exposto no trabalho.

### **Os primórdios do anticomunismo no Exército: 1930-1935**

O primeiro período da Era Vargas foi marcado, dentre outras coisas, por três grandes episódios: as reformulações do Estado brasileiro decorrentes da vitória da Aliança Liberal na Revolução de 1930; a guerra civil em São Paulo com a Revolução Constitucionalista de 1932; a promulgação da Constituição de 1934 e a subsequente polarização política da sociedade. Todos esses casos envolveram o Exército brasileiro e a ressonância desses eventos influenciou, em maior ou menor grau, a produção intelectual sobre anticomunismo. Vejamos como isso se desenvolveu.

A Revolução de 1930 e a reformulação do país que se seguiu foram marcantes em diversos aspectos, sejam esses políticos, econômicos, sociais ou mesmo militares. No tocante ao último, a vitória da Revolução de 1930 não mudou, *a priori*, o problema do Exército enquanto uma organização coesa e centrada. De fato, para quem o visse de forma mais atenta, sua estrutura de comando estava solapada, com várias lacunas e novos membros em ascendência. O quadro era de crise, senão caótico (MCCANN, 2007).

O primeiro problema que se colocava à mesa para a organização dizia respeito a sua liderança e, por conseguinte, quem faria sua tão desejada reforma. Durante toda a década de 1920, a força havia travado uma batalha pela modernização da instituição, fosse buscando implementar uma nova mentalidade no oficialato, fosse pegando em armas. Com a deposição de Washington Luís tendo sido feita por uma junta de generais, ficava em aberto a questão se o Exército seria reconstruído pelo velho Exército, simbolizado nos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, ou pelo “novo” Exército, personalizado sobretudo na figura de Góes Monteiro, comandante militar da Revolução de 1930.

A solução inicial de Vargas foi dar prioridade a elementos de certa eminência do antigo sistema da República Velha: Leite de Castro assumiu o Ministério da Guerra, Malan, o Estado-Maior e Francisco Ramos de Andrade, a chefia da Casa Militar. O que poderia ser considerado um passo em direção ao velho Exército teve como contrapartida a total adesão do ministro da Guerra aos oficiais mais jovens, vindos do tenentismo. Em seu gabinete oficial constavam sete tenentes de onze cargos oficiais, entre eles nomes como Eduardo Gomes – participante do levante dos 18 do Forte -, Estillac Leal, Cordeiro de Faria e Filinto Muller (MCCANN, 2007, p. 388).

Se a esses generais foram dados cargos de confiança, o mesmo não se pode dizer de seus contemporâneos no Exército. Ainda em 1930, Vargas deu início aos expurgos nas Forças Armadas, começando com oficiais superiores cujas atitudes não eram “compatíveis com a Revolução” (MCCANN, 2007, p. 389). Somente dois generais-de-divisão – naquele momento o posto mais elevado – dos nove existentes se salvaram. Dezesete generais-de-brigada foram expurgados, bem como quarenta coronéis (MCCANN, 2007, p. 389).

Essa mudança de comando deu maior poder aos militares “revolucionários”. Se esses não ocupavam os cargos mais importantes da força, se faziam ouvir através das inúmeras tarefas políticas desempenhadas. O Nordeste contava com a atuação de Juracy Magalhães e Juarez Távora – dois tenentes. Em São Paulo, João Alberto – outro tenente – foi alçado ao cargo de interventor federal. A partir de 1931, tenentes assumiram interventorias no Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, com alguns civis ligados ao tenentismo assumindo outras posições políticas importantes (CONNIFF, 1979).

Com essas mudanças graduais em curso, pouca atenção foi dada a outros assuntos, tanto de maneira institucional quanto em produção intelectual. É por isso que nos primeiros anos do governo Vargas (1930 e 1931), pouca relevância foi dada ao anticomunismo nas publicações do Exército. Em suas duas revistas, somente três artigos se dedicaram a tal estudo.

Na revista *A Defesa Nacional*, um artigo sobre educação – *Educação e as novas doutrinas sociais* – situava nas entrelinhas os problemas do comunismo. Constando como um artigo vindo da redação, o trabalho alertava para as novas doutrinas sociais que buscavam curar os males do mundo, mas que batiam de frente com os conceitos de família e da pátria. A grande preocupação era com a impregnação no seio dos quartéis de ideários alienígenas como esses. Ainda que, justificava o autor, tais ideias estivessem longe do cenário brasileiro, era preciso estar alerta e combatê-las, não de forma física, mas através da educação. Somente com a educação doutrinária, sobretudo dos quartéis, seria possível eliminar por completo esse mal que pairava sobre as nações naquele momento.

Os outros dois artigos saíram na *Revista do Club Militar*. O primeiro, menor, relatava a situação das Forças Armadas soviéticas em março de 1930. O segundo, de maior fôlego, saiu em julho do mesmo ano, tratando das duas ideologias dominantes no início dos anos 1930: fascismo e bolchevismo.

Esse artigo, assinado por “M.C.”, coloca as duas ideologias em campos opostos de forma bastante maniqueísta: enquanto o fascismo surge como uma força capaz de construir, o bolchevismo é única e exclusivamente uma força destruidora. Toda a argumentação é centrada na ideia de que o bolchevismo, dada sua característica intrinsecamente “comum”, tende a oprimir as liberdades individuais, de modo que o ser enquanto indivíduo só pode existir quando não fizer frente ao Estado, instituição central do proletariado.

O fascismo, por sua vez, se faz criar em cima dos edifícios estáveis da propriedade privada e do individualismo. Para que o mesmo seja vitorioso, no entanto, é necessário que se tenha um chefe de espírito nobre, forte, com energia e vontade, para escolher de forma certa seus colaboradores. Por todo

o tempo o autor alerta os perigos de o fascismo descambar no comunismo. Uma das comparações finais é de destaque por completa:

O fascismo substitue o odio comunista por uma conciliação amistosa. Substitue a luta implacavel entre inimigos, pregado pelo communismo, por uma collaboração rigorosa entre aliados.

Moralmente, o fascismo arranca a mascara hypocrita das faces bolchevistas. Põe no lugar da cataracta impetuosa do bolchevismo uma corrente d'agua mais tranquilla e regular.

O fascismo não constitue uma reacção. Como o bolchevismo,, é uma revolução; mas uma revolução civilisadora, constructiva e não destructiva ou vandala como o a do communismo (M. C., 1930, p. 131).

O segundo episódio se passa dois anos apos a Revolução de 1930, com a guerra civil em São Paulo, a Revolução Constitucionalista. Iniciada em julho de 1932, ela pode ser entendida sob dois aspectos: do ponto de vista político, era o símbolo da intricada aglomeração de forças que atuaram na Revolução de 1930. Incapaz de agradar “gregos e troianos”, Vargas foi acometido pela união de parte dessas forças revoltosas, somada de elementos oligárquicos que haviam sido derrotados com a chegada de seu governo. Do ponto de vista militar, mostrava-se a enorme fragilidade pelo qual passava a instituição, imersa na indisciplina e quebras de hierarquia.

A despeito de sua importância na história do período, abordar tal fato de forma demorada foge dos intentos desse trabalho. É válido destacar, no entanto, que parte do problema que leva à crise em São Paulo se dá na difícil relação entre o Velho e o Novo Exército. Findada a guerra com a derrota dos revoltosos, a solução encontrada por Góes Monteiro – líder de fato do Exército à época - foi assegurar que os oficiais mantidos na força fossem pró-governo, sendo necessário para isso controlar as promoções. O cuidadoso controle desse aspecto garantiu que fossem sendo removidos oficiais superiores promovidos antes de 1930. Em 1937, como exemplo, dentre os coronéis a escolha para o generalato, havia apenas cinco anteriores a 1930, de um total de cento e quatro (MCCANN, 2007, p. 425). A posterior promoção de Góes ao cargo de general-de-divisão, posto mais alto do Exército em tempos de paz, dá à força maior estabilidade organizacional.

No que toca o objetivo do artigo, entretanto, o conturbado cenário político protagonizado por São Paulo faz com que, novamente, a temática do anticomunismo seja marginal das preocupações do Exército. Entre 1932 e 1933 serão somente outros três artigos sobre o tema.

O primeiro deles, assinado pelo major João Batista Magalhães (1933) na revista *Defesa Nacional*, faz uma análise das semelhanças e diferenças entre o hitlerismo, fascismo e bolchevismo. Ao ponto que nos é pertinente, o artigo aponta que o bolchevismo pouco fez em termos econômicos ou políticos na Rússia. Na percepção do major, as tão esperadas mudanças pregadas por Marx se provaram infrutíferas, umas vez ser impossível desmontar alicerces tão profundos com teorias mal fundadas. O real perigo do bolchevismo, nesse sentido, se traduzia na sua “sedução sobre as almas

ingênuas”, agitando as massas em direção as consequências do comunismo: trabalho forçado e miséria generalizada.

Os dois artigos restantes, publicados na *Revista do Club Militar* e assinados pelo general Moreira Guimarães (1932, 1933), fazem um apelo de ordem moral ao combate do comunismo. O primeiro artigo, de 1932, intitulado de “União Sagrada”, não menciona em todo o seu texto a ideologia comunista de maneira explícita. Entrementes, prega que a confusão dos tempos modernos ofusca e abala os alicerces da família e da pátria, sobretudo graças a doutrinas estranhas e perigosas. O autor defende, então, uma união sagrada de todas as classes, entendidas nesse momento como separadas por esse mal moderno. Já o segundo, de 1933, culpabiliza de forma clara o socialismo pelo afastamento da humanidade do que o autor entende como o seu posto normal: o nacionalismo, gerido em substituição à origem de todos os povos: a teocracia. Assim sendo, o comunismo nada mais é do que uma anomalia e deve ser entendido como tal.

O terceiro e último episódio de relevância política do período foi a Constituição de 1934. De forma resumida, a Carta Magna, de caráter mais liberal e que consagrava o Poder Legislativo como predominante, foi percebida como um retrocesso para a parcela dominante do Exército. A perda da centralização do poder no Executivo ia de encontro ao que era defendido pelos tenentes e mesmo pelo presidente Vargas.

A despeito desse rumo à estabilidade institucional, o pós-Constituinte viu um acirramento das paixões políticas na sociedade brasileira. Entre 1934 e 1935, grupos de diferentes matizes se reuniram em movimentos polarizados, a ver: a Ação Integralista Brasileira (AIB), de direita, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de esquerda.

Do primeiro grupo nos interessa apontar que foi responsável por atrair inúmeros militares para suas fileiras, entre eles Olympio Mourão, que teria papel decisivo no golpe de Estado de 1937. O segundo, no entanto, carece de maior digressão.

Criada em março de 1935, em resposta ao crescimento dos integralistas no país, a ANL tinha como principais bandeiras o antifascismo, antiimperialismo e antifeudalismo (MOTTA, 2002). A defesa dessas agendas genéricas era um sintoma da falta de coesão do grupo: este era formado por uma camada de militares tenentistas e por parte dos filiados ao PCB, impossibilitando qualquer programa único num primeiro momento.

Tal panorama se modifica com a chegada – e liderança – de um antigo tenente da década de 1920, que há anos vivia na União Soviética: Luis Carlos Prestes. O antigo militar, participante ativo dos levantes de 1924 e chefe da chamada Coluna Prestes, selou a aliança entre a camada militar e os membros do PCB, evocando no programa da ANL a proposta de um “governo popular nacional revolucionário”.

A polarização protagonizada por esses movimentos e que conseguiu atrair para seu entorno diversos militares se refletiu, naqueles anos, numa preocupação do Exército. Diferente dos primeiros anos da Era Vargas, agora a produção intelectual da força entendia o comunismo como um problema

real e concreto. Exemplo latente disso se dá com o número de artigos sobre o tema: se entre 1930 e 1933 a revista *Defesa Nacional* só teve dois artigos abordando o comunismo, entre 1934 e 1935 foram sete. Esses podem ser divididos em três grandes categorias: situação da Rússia soviética, debate teórico/história do marxismo, influências no Exército. Daremos ênfase aqui na primeira categoria.

O primeiro grupo de artigos, sobre a Rússia, conta com três textos. Nos dois escritos em 1934, aborda-se as supostas contradições do que ocorria na União Soviética, a despeito da propaganda. O primeiro deles – sem assinatura –, intitulado “*A Russia Sovietica na realidade*”, narra a viagem do jornalista inglês Malcolm Muggeridge ao país. Citando o autor britânico, o artigo aponta as contradições do regime soviético, que criava enormes conglomerados industriais, como usinas feitas todas a base de trabalho escravo, de modo a impressionar os turistas estrangeiros. Conforme coloca o artigo, a despeito da “luta de classes”, o que se via na URSS era o distanciamento entre a classe dos dirigentes e os trabalhadores. O descaso de vilarejos na Ucrânia ou no Cáucaso do Norte, com pessoas sem ter nem ao menos pão para comer, é um exemplo disso.

O segundo artigo, de 1934, trata do Exército Vermelho. Escrito pelo capitão Correia Lima, sua argumentação se pauta no perfil expansionista das Forças Armadas russas. Comparando o processo de “comunização” do país como uma espécie de evangelização religiosa, Correia ataca os alicerces comunistas por se postarem de forma “soberba” frente a outras formas de organização. A crítica do capitão é bastante direcionada ao fato de que o Exército Vermelho gabava-se de possuir em suas fileiras mais do que soldados, mas cidadãos capazes de intercalar suas funções de soldados a funções de “estadistas consumados”.

O terceiro e último, já de 1935, também foi assinado pelo capitão Correia Lima. Sob o título de “Constituição Burguesa”, Correia inicia sua análise tecendo elogios aos avanços perpetrados pela União Soviética no campo da legislação trabalhista. Isso se dava, segundo o capitão, pelo fato de que antes do comunismo, a Rússia vivia num mundo pautado pela barbárie do czarismo. Apesar desses avanços no campo trabalhista, o autor critica o custo humano feito para tal, com milhares de mortos, bem como a característica totalizadora do regime. Defendendo em partes o proposto por Lênin, Correia ataca o internacionalismo comunista presente sobretudo em Trotsky. Sua principal crítica seria a diferença do comunismo soviético – que, na visão do autor, em muito se parece com a constituição da maioria dos Estados burgueses – e do comunismo pregado pelo mundo, que seria marcadamente semita, tendo por isso ódio às pátrias.

Os quatro artigos restantes no período foram feitos por três autores: Alceu de Amoroso Lima (1935), em dois artigos que compilam uma conferência sua na Escola de Estado-Maior do Exército sobre o “Socialismo”; capitão Correia Lima, novamente, em um sobre a importância de uma doutrina social; capitão Durval Coelho, debatendo a filosofia materialista. Todos ficariam por demais extensos se esmiuçados aqui. Vale mencionar, entretanto, a conferência de Amoroso Lima, sobretudo dado o seu grau de união entre pontos anticomunistas do Exército e do laicato católico no período.



### O anticomunismo pós-Intentona: 1936-1937

Entre 23 e 27 de novembro de 1935, o Brasil foi acometido por revoltas armadas protagonizadas por integrantes da ANL e lideradas por Prestes, com o intuito de conquistar o poder central. Tais fatos ocorreram em Natal, Recife e Rio de Janeiro e foram, rapidamente, abafados pelo poder das Forças Armadas, sobretudo o Exército.

Essa é, em suma, a história oficial do que foi a Intentona Comunista. Dentro do debate historiográfico há divergências quanto às influências externas e internas do movimento e mesmo a narrativa que foi adotada por parte das Forças Armadas. Não nos cabe, portanto, reinvestigar o tema a fundo, assunto que vai além do nosso intuito. Focaremos, no entanto, nas consequências dos atos e nas leituras que deles foram feitos, sobretudo por parte do Exército.

Findada a tentativa revolucionária da ANL, os dois anos que se seguiram aos levantes de 1935 foram marcados por um profundo acirramento ideológico no país, exemplificados no combate aos elementos de esquerda e crescente centralização do poder Executivo. As reações aos motins nos quartéis foram imediatas por parte da opinião pública. No folhetim *O Jornal*, de 30 de novembro, por exemplo, pedia-se o aumento dos poderes do Executivo de modo a enfrentar de igual para igual as ameaças que pairavam sobre o Brasil naquele momento. Alceu de Amoroso Lima, que detinha uma coluna nesse jornal, corroborava com essa opinião, exaltando Vargas como “o homem de que o Brasil precisa para salvar-se do caos e do imperialismo soviético” (MCCANN, 2007, p. 489).

Tais apelos não passaram incólumes. Com a benção geral, ainda em 1935 acirrava-se o combate ao comunismo de maneira drástica. Em 7 de dezembro, Vargas realizava uma reunião ministerial visando aumentar o escopo de defesa da questão comunista. Saíram desse encontro mudanças importantes, sobretudo na Constituição de 1934. Foram três emendas propostas, todas aprovadas em meados de dezembro – o que indicava o grau de insegurança que reinava no ambiente político brasileiro –, que eram: equiparação do Estado de Sítio ao Estado de Guerra mediante aprovação do Congresso, o que na prática gerava um poder de cassação de mandato político, uma vez que suspendia, entre outras coisas, a imunidade parlamentar; possibilidade de exclusão de militares tidos como comunistas das Forças Armadas; possibilidade de exoneração de funcionários públicos (MOTTA, 2002: p. 203).

A adoção desses novos dispositivos jurídicos permitiu ao Estado a maior campanha de repressão política até então vista no país. Milhares de presos políticos inundaram os presídios graças à elasticidade dos critérios usados para taxar alguém como “comunista”. A reboque dessas prisões, outros milhares de presos “comuns” foram enquadrados no critério da subversão, permitindo uma “limpeza das ruas” ao bel-prazer estatal.

Por parte do Exército, o sentimento de traição se coadunava com o espírito popular do país. Poucos dias após o fim dos levantes, o general João Gomes – ministro da Guerra que havia assumido



em 1935 no lugar de Góes – reuniu todos os generais da área do Rio para discutirem propostas referentes à punição e a futuras subversões de oficiais revoltosos (MCCANN, 2007).

Tal insegurança presente na cúpula do Exército e mesmo na opinião pública não passou despercebida nas produções intelectuais da força. Em 1936, por exemplo, seis artigos são dedicados a tratar da temática comunista na *Defesa Nacional*.

O primeiro desses é “Mystica Social e o Exercito”, escrito pelo então major Correia Lima. Se o pensamento anticomunista desse oficial já é notório, a entrada da Intentona no contexto político acirra seu posicionamento. Diz o autor:

Conhecendo isso, os “reformadores sociaes” e os “salvadores da patria” não se cançam em desencaminhar militares de preferencia os mais jovens e inexperientes, do cumprimento inflexivel dos seus deveres civicos e disciplinares.

(...)

São os mãos brasileiros, hoje pomposamente conhecidos por “intellectuaes” fazendo o jogo de advenas scelerados (Berger ad caterva) a cujas ordens obedecem, pregando e insuflando o pretextado intencionalismo poltico-social, determinado pela Internacional Proletaria que nada mais é do que o joven e sanguinario imperialismo “materialista” russo.

(...)

O communista, batido mas não vencido nas intentonas de novembro ultimo, está a espreita de outra ocasião azada para lutar, novamente, pela implantação de seu insano e truculento visionarismo social. Não lhe dê a liberal-democracia o ensejo propicio, que elle não desperdiçará, da dissidencia, já esborçada com negras tintas, em suas fileiras pouco compactas (CORREIA LIMA, 1936, p. 311-312)

O segundo, escrito pelo dr. Everardo Backeuser, defendia uma atuação primordial da educação na defesa da nação contra o comunismo. O texto do autor indica dez ações concretas para salvaguardar a pátria, dentre elas o ensino cívico, a instrução moral, o fortalecimento do culto a Deus, o estreitamento entre escola e lar, entre outros.

O terceiro, do tenente Wiederspahn, talvez seja o mais enfático em seu teor anticomunista. Agregando uma linguagem que se assemelha ao que era pregado pelo anticomunismo católico desde fins do século XIX, o tenente defende que o marxismo é parte de um processo lento e longo que visa destruir os pilares da civilização ocidental, marcado por valores familiares e cristãos. Traçando um histórico que vai desde fins da Idade Média e tem por grande marco a Reforma de Lutero, o texto culmina elegendo o comunismo marxista como novo inimigo a ser combatido. Algumas partes são válidas de destaque:

Karl Marx lançara o germen de mais uma discordia para corroer as estruturas nacionaes: a luta de classes. Procuraos por todos os meios proletanizar os povos destruindo as artes, as sciencias, amesquinhando o mais possivel o agricultor, verdadeiro receptaculo de amor patrio. Concebeu o socialismo de Estado para realizar o tão sonhado super-capitalismo de grupos raciaes estranhos às nações, grupos estes que mais tarde comandataria a acção de Seiba Braunstein, dito Trotzki, na Russia, a dos trahidores de Rathenau na Allemanha com Liebknecht Rex Luxemburg, na Hungria com Bela Kuhn, etc.

Este socialismo que nada mais é que o próprio marxismo tentado em 1789 por Robespierre e Babeuf, em 1848 na Alemanha, em 1871 na Communa de Paris em 1917 na Rússia, em 1918 na Alemanha, em 1919 na Hungria, infiltrou-se na nossa Patria pela propaganda de todos os “trusts” noticiosos e de publicidade. Livros e mais livros difundiam o materialismo histórico e literatura barata de capas bombásticas.

(...)

Mas os povos estão acordando e a verdade vem aparecendo lentamente. O comunismo e o marxismo já não contram mais com a aliança do desespero e da descrença da fome, da exploração, da desordem administrativa, do negativismo individualista (WIEDERSPAHN, 1936, p. 82-83)

O quarto é a reprodução do discurso do tenente Affonso Maglio, ocorrido quando da inauguração de um memorial aos mortos na Escola de Aviação Militar. A despeito de ser um artigo que rememora os acontecimentos da Intentona, não há nenhuma menção ao “inimigo comunista”; o texto limita-se a homenagear aqueles que caíram na defesa do quartel.

O quinto também é uma reprodução, dessa vez de uma conferência realizada na Liga de Defesa Nacional por Carlos Maul. O artigo é longo, mas basicamente se debruça no nacionalismo como o último bastião contra o comunismo. O autor defende que o Brasil mire nos exemplos bem sucedidos da Alemanha e da Itália nesse aspecto.

O último, intitulado “Brasil, China da América”, não aborda diretamente o assunto, focando-se quase que exclusivamente no perigo relacionado ao fascismo português no Brasil. Não obstante, alertando para esse perigo, exemplifica com a Intentona o que pode acontecer quando se dá pouco caso à uma ameaça:

Ha quatros annos, é sabido que professores, jornalistas e militares pregavam pelo Brasil inteiro o credo de Moscou. Houve até conferencias publicas, prestitos pelas ruas; e as autoridades a tudo assistiam, indifferentes, oppondo um sorriso ironico aos raros, que se mostravam alarmados. (...) Mas o governo preferiu não ver, não acreditar e esperar que o surto dissolvente exigisse sangue, medidas de excepção e todos os desgotos, prejuízos, despesas e iniquitações, que ainda pesam sobre o Brasil. (CASTRO, 1936, p. 291)

Se em 1936 o foco repressivo correspondeu a esse aumento de artigos sobre o comunismo por parte do Exército, o arrefecimento da questão em 1937 segue uma mesma dinâmica: nenhum artigo sobre o tema é escrito na Defesa Nacional naquele ano. Era um sintoma de que a propaganda contrária ao comunismo tinha, de fato, se fortalecido no imaginário popular (MOTTA, 2002). A ampla repressão exercida pelo Estado a partir da Intentona Comunista fora vitoriosa o suficiente para que aflorassem, no início de 1937, outras temáticas políticas relevantes, como a sucessão presidencial.

Isso fica latente quando em junho termina o Estado de Guerra que aumentava o escopo de ações do Executivo, bem como são libertados presos políticos pelo ministro da Justiça Macedo Soares, no que ficou conhecida como a “macedada”. Era o início da normalização institucional e o prenúncio de um horizonte político menos carregado (MOTTA, 2002, p. 215).

A guinada anticomunista, não obstante, freia o impulso de normalidade já no início do segundo semestre, em agosto, com o retorno maciço da propaganda integralista nos veículos de imprensa. Essa ganha eco entre as lideranças militares e da Igreja com a liberação dos presos políticos pelo Supremo Tribunal Militar (STM), em setembro. O folhetim católico *O Diário* representa bem a opinião que voltava a tona:

Não teremos mais que esperar. Novo golpe comunista reventará dentro em pouco. E então o silêncio será interrompido. Então os católicos emudecidos, os deputados silenciosos, a imprensa arrolhada, os governantes politiquieiros gritarão. Gritarão na ponta da faca dos magarefes comunistas. Gritarão diante de suas filhas e esposas violadas. Gritarão diante de seus bens saqueados. Gritarão diante de suas igrejas incendiadas e seus altares profanados. Gritarão sob o azorrage dos senhores comunistas, que tem pelo menos a sagacidade de não perder as ocasiões e de não se enternecer com os sentimentalismos, como bem o demonstraram em 1935. Esses luxos sentimentais ficam para os ministros de estado (O DIÁRIO apud MOTTA, 2002, p. 216).

Era dada a reviravolta à insegurança política. Ainda em setembro, outros acontecimentos elevariam ainda mais a instabilidade no país. O primeiro deles se deu no seio da Igreja, com a publicação da “*Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu*”, assinada por dezenas de bispos, arcebispos, além do Cardeal do Rio – Dom Leme – e do Primaz da Bahia. Foi, de fato, o grande documento eclesial sobre o tema. Valendo-se do imaginário anticomunista católico já presente – comunismo como o mal, representação do inferno –, a Carta instigava os católicos a lutarem contra esse que era, naquele momento, o grande inimigo da Igreja.

Dias após essa publicação, foi a vez do Exército despontar o seu anticomunismo de forma “oficial”: a convocação da realização de uma cerimônia cívica em homenagem aos mortos da Intentona Comunista. O acontecimento ocorreu em 23 de setembro, cerca de dois meses antes do aniversário da Intentona. Tendo amplo apoio da imprensa do Distrito Federal e do empresariado, o evento tornou-se uma manifestação política de peso. O dia se tornou ponto facultativo tanto para as Forças Armadas, quanto para os funcionários da prefeitura da cidade, além do comércio e dos estabelecimentos bancários terem fechado suas portas no horário em que ocorreria a cerimônia.

Os discursos proferidos durante a cerimônia dão o tom do anticomunismo crescente naquele momento. Da alocação do general Newton Cavalcante, por exemplo, destacam-se alguns trechos:

Vivendo para a Pátria, dedicando à sua defesa e à segurança de seu povo a nossa própria existência, temos o direito, mais do que o direito, temos o dever de prevenir o Brasil – e a outra tribuna, para fazê-lo, não seria tão sugestiva como esta – de que na hora que passa estão novamente em ação contra a integridade do País, as forças cegas da prometida nivelção bestial de todos os seres.

Nele [momento histórico em que fala-se] presenciamos a aberração incrível dos homens negarem Deus, traírem a pátria, assassinares irmãos em benefício de uma

tutela estranha e falaz, combater a fraternidade para se acumpliciarem, conscientes ou inconscientemente, com essa força apocalíptica que anseia pela realização de uma megalomânica loucura de absorção, de escravidão e de extermínio: o comunismo selvagem e sanguinário.

Eu, em nome do Exército Nacional, convido-vos, povo do Brasil, a jurarmos, perante Deus e os homens, que havemos, de hoje para o futuro, desencadear uma guerra sem tréguas e de morte, ao comunismo ultrajante e ultrajador, e que não consentiremos nunca que o judeu moscovita faça deste Brasil invejável, o mercado sórdido e infame do nosso caráter, das nossas tradições e da nossa dignidade (CARVALHO, 1981, p. 167-170).

É interessante notar que, em 1936, a despeito da crescente onda anticomunista, não houve nenhum tipo de manifestação oficial de tal proporção. Se pegarmos a Ordem do Dia do Exército de 27 de novembro de 1936, redigida pelo ministro Gomes, há apenas uma rala homenagem aos mortos, mas sem nenhum tipo de menção ao perigo comunista.

Conforme aponta Motta (2002), o recrudescimento de agosto e setembro de 1937 foram o suficiente para pavimentar o caminho da “descoberta” de um plano de golpe comunista, que serviu para legitimar a centralização do Estado e, por conseguinte, o golpe: o Plano Cohen.

Ainda em setembro, no dia 27, uma reunião emergencial foi convocada pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra – que havia assumido em fins de 1936 com a demissão de João Gomes –, congregando o chefe do Estado-Maior do Exército (Góes Monteiro), o comandante da 1ª Região Militar (Almério de Moura), o diretor de Aviação (Coelho Neto), o general Newton Cavalcante e o chefe de Polícia do Distrito Federal (Filinto Muller) (MCCANN, 2007). A pauta da reunião era um plano, descoberto por Góes Monteiro, onde os comunistas pretendiam tomar o país de assalto.

A reação era de escárnio. As lideranças do Exército enxergaram o Plano Cohen como uma conspiração contra o país, a nação e até mesmo o Exército brasileiro. Este, que era a “salvaguarda da pátria”, deveria agir, ainda que fora da lei, para garantir a defesa das instituições, da democracia, da lei e da própria família, ameaçada de morte (MCCANN, 2007).

No dia 28 de setembro, os ministros militares – Dutra e o Almirante Guilhem, da Marinha – se reuniram com Vargas pedindo o retorno do Estado de Guerra. Buscaram dar ao presidente informações o suficiente que, uma vez enviadas ao Congresso, pudessem gerar a comoção geral pela luta ao comunismo. No dia 29 o pedido foi enviado, no dia 30 o programa de rádio oficial, a *Hora do Brasil*, anunciou a descoberta do Plano Cohen e no dia 1º de outubro os debates chegaram ao Congresso (MCCANN, p. 534).

Com uma votação de 138 a 2 na Câmara e 31 a 3 no Senado, o Estado de Guerra foi posto de volta ao ambiente político brasileiro. Foi o necessário para que mais expurgos, em nome do anticomunismo, fossem feitos e retirassem qualquer entrave possível ao golpe que se desenhava. Em uma das ações mais significativas do período, em outubro as forças policiais do Rio Grande do Sul foram postas sob comando federal, isolando o governador Flores da Cunha, opositor de Vargas, que fugiria dali para o Uruguai. Contido um dos redutos oposicionistas mais fortes, foi simples para Vargas conter o restante – como Bahia e Pernambuco – que pouco possuía para oferecer resistência.

No dia 10 de novembro, o Congresso foi fechado pela polícia do Distrito Federal. Filinto Muller informou ao presidente em exercício do Senado que o Congresso estava dissolvido. Às 10 da manhã os ministros – com exceção da pasta da Agricultura – assinaram a nova Constituição do Brasil. Era o fim da parca experiência democrática brasileira e início da primeira ditadura que a República via: o Estado Novo.

### **O anticomunismo do Estado Novo: 1938-1945**

O Estado Novo de Getúlio Vargas durou oito anos. Alcançado pela via militar, foram precisos também militares para dar cabo do regime que criou os arcabouços fundamentais que erigiriam o sistema democrático seguinte, pós-1945.

Para o Exército, o Estado Novo era o modelo ideal para construir o que Góes Monteiro cunhou como “política do Exército e não no Exército”. Esse planejamento do homem forte da força consistia em três movimentos simultâneos: caracterizar o Exército como um ente apolítico; legitimá-lo como um ator político; interditar, de forma interna, a entrada de qualquer ideologia “estrangeira” dentro da organização (FERREIRA, 2005, p. 41). Para obter sucesso nessa empreitada, Góes precisou dar cara ao inimigo da força: o comunismo.

A partir de 1938 um padrão curioso tomou conta da produção intelectual da força: a temática do comunismo foi relegada ao ostracismo. Durante todo o período do Estado Novo, a revista *A Defesa Nacional* – publicação mais importante da força – só destinou ao assunto um artigo. Intitulado “O Comunismo”, de dr. Luiz Betim Paes Leme (1938), esse nada mais era que a simples reprodução de uma palestra feita pelo autor no programa de rádio *A Hora do Brasil*, em dezembro de 1937. O mote principal do artigo era a incompatibilidade de qualquer regime coletivista – o autor cita, além da Rússia, Esparta – com a natureza humana. A outra grande publicação do Exército, a *Revista do Club Militar* teve no período cinco artigos que se referenciavam ao comunismo. Três deles eram reproduções de alocuções emitidas por figuras importantes da força nas homenagens de 27 de novembro. Os outros dois trataram, também, das comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista. Destacamos um, de 1941, escrito pelo tenente-farmacêutico Majella Bijos:

Em 27 de Novembro não haverá lágrimas nas tumbas desses soldados, sentinelas avançadas do dever e da honra, ao contrário, o povo brasileiro aí desfilará entoando alegre o hino de vitória, somente harmonioso quando descrever feitos imperecíveis na manutenção dos sagrados imperativos da constituição da família e da Unidade Nacional (BIJOS, 1941, p. 51)

Uma possível explicação para esse desaparecimento da temática pode ser feito através do sucesso da repressão à esquerda por parte do governo de Vargas. De fato, como já havia ocorrido em 1937, os opositores do regime foram em sua maioria silenciados, ou pela censura ou pela prisão. Vozes dissonantes atingiam poucas audiências e o discurso oficial foi a tônica vigente.

Se a reflexão intelectual acerca do tema mitigou por um lado, por outro ela explodiu na ritualística criada em torno da Intentona Comunista. As comemorações de 27 de novembro, inicialmente, não eram encaradas pelo Exército como parte de uma data oficial da força. Em 1936, como já visto, a despeito de toda produção de artigos sobre o comunismo, a Intentona não foi revestida de um caráter especial. A própria ordem do dia do general João Gomes naquele ano não faz sequer menção a tentativa dos comunistas no ano anterior (GOMES, 1936). Esse panorama foi modificado parcialmente em 1937, com o adiantamento dessas comemorações, muito em função das movimentações políticas realizadas por Vargas e pelos militares que culminariam no golpe do Estado Novo. Em 1938, entretanto, a mensagem passou a ser institucionalizada pelo Exército de forma a moldar como a força enxergaria, a partir de então, o tema do comunismo.

Os arranjos para 1938 começaram alguns dias antes de 27 de novembro, com a determinação de Dutra de que fossem prestadas as devidas homenagens às vítimas do levante de 1935. Todos os generais deveriam comparecer aos cemitérios São João Batista e São Francisco Xavier – que guardavam os restos mortais dos militares –, bem como representações de todas as unidades e repartições do Exército (FERREIRA, 2005). Vargas assinaria, no próprio aniversário da Intentona, um decreto que ordenava a construção de um mausoléu que abrigaria os restos de todos os combatentes, unificando assim as romarias do dia. A partir de então, conforme aponta Martins Ferreira (2005), os 50 anos seguintes veriam a presença constante de todos os presidentes da República e diversas autoridades civis e eclesiásticas nas comemorações, ajudando a fomentar perante a sociedade brasileira a imagem anticomunista das Forças Armadas, bem como a criação do mito das revoltas de 1935.

Tal opinião é corroborada por Celso Castro (2002). Para o autor, é na construção de determinadas tradições que se cria a identidade social do Exército, além desse inventar-se enquanto instituição. A Intentona, nesse sentido, seria uma dessas tradições. Castro afirma que, apesar da existência de antipatias de certos setores militares com o comunismo, é somente a partir de 1935 que essa oposição começará a se institucionalizar enquanto voz dominante dentro da hierarquia militar.

O ritual de celebração dos mortos, praticado todos os anos, tornava o “sacrifício” presente e impedia que o anticomunismo caísse em um marasmo, socializando mesmo os militares mais novos nessa tradição. Conforme aponta Castro, o roteiro, desde 1938, permaneceu basicamente inalterado: formatura das tropas militares junto ao túmulo, recepção das autoridades civis e militares, canto do hino nacional, aposição de flores aos pés do monumento, discursos e leitura da ordem do dia dos chefes militares, chamada nominal dos mortos ao som de salvas de canhão (CASTRO, 2002: p. 52).

A observação cuidadosa das alocações de representantes do Exército nas comemorações de 1935 e mesmo das ordens do dia referentes nos dá um bom panorama do cenário. De modo a ilustrar o ponto, selecionamos aqui três exemplos: as alocações do representante do Exército de 1938 e 1941, bem como a ordem do dia de 1942.

Em 1938, no primeiro ano do Estado Novo, ainda havia duas romarias: uma ao cemitério São João Batista e outra ao São Francisco Xavier. A alocução do primeiro ficou a cargo do general Valentim Benício da Silva. Destacaremos alguns pontos:

Mortos sagrados que estes sepulcros encerram; mártires da Pátria, dormidos no sono eterno; relíquias que a terra natal recolhe como preciosas gemas! Aqui estamos trazendo-vos a palavra do Exército que é a vossa própria Pátria. Aqui estamos derramando flores e saudades, genuflexos e respeitosos, ante a vossa grandeza, compungidos ante o golpe traiçoeiro que vos prostrou, exaltados no sublime exemplo que nos legastes (SILVA, 1938, p. 185)

Aqui, conforme posto, exalta-se a figura dos militares mortos e elogia-se seu comportamento face à morte. Mais adiante, ao retratar o motivo de suas mortes:

E o comunismo explodiu na sua cegueira infrene. Alta noite, o punhal assassino, a amizade fementida, a arma de defesa transformada em baioneta agressiva, juramentos e compromissos cinicamente renunciados, despertou a cidade de seu sono reparador e tranquilo. Um bando de celerados, pequeno embora, abatera à traição os que primeiro resistiram, amedrontara os que se deixaram surpreender, encerrara e imobilizara os poucos que poderiam lutar e reduzira ao silêncio e à inação – dolorosa verdade – os indecisos de todos os tempos e de qualquer ocasião. Mas a reação foi imediata e enérgica, os celerados foram encerrados nos recantos de sua primeira explosão, bem junto dos companheiros que conseguiram derribar ou reduzir à impotência. Maiores do que eles, muito superiores em número e em ação, saíram a campo os que só conheciam uma divisa: cumprimento do dever (SILVA, 1938, p. 186).

Traição, celerados, cegueira, assassino são alguns dos predicados dedicados aos membros da ANL no discurso do general. O embate entre o bem e o mal é posto de forma bastante clara. Finalizando o discurso em defesa da sociedade, o general salienta:

Brasileiros! Aqui estamos em sacrossanta romaria, homenageando os que primeiro caíram em defesa dos nossos lares, de nossa religião, da sociedade que constituímos, da civilização que foi obra de gerações e gerações que nos precederam, das instituições que dia a dia consolidamos com as energias do nosso cérebro e a força do nosso braço.

(...)

Em nome da Pátria que temos defendido e nunca traído! Em nome da família que constituímos e respeitamos! Em nome de Deus, que serve à nossa crença e não às nossas ambições! (SILVA, 1938, p. 187-188)

Em 1941, a alocução – dessa vez única, dada a inauguração do mausoléu dos mortos em 1940 – foi feita pelo general Salvador César Obino. Não muito diferente do já visto anteriormente, o militar destaca:

Fiel às suas tradições e ao seu espírito cívico o Exército aqui está para reverenciar, com fé inquebrável, a memória dos que tombaram, em defesa da ordem, na madrugada sinistra de 27 de Novembro de 1935.



Hoje, como ontem, impelo-o um duplo dever: exaltar a memória dos bravos camaradas e reafirmar a sua férrea vontade de não tornar inútil o sacrifício dos que foram imolados à sanha da barbárie bolchevista (OBINO, 1941, p. 229)

O texto, novamente, após exaltar os atos heroicos dos combatentes mortos, crava a crítica ao comunismo:

O materialismo é, por sua essência, profundamente egoísta.

Sem os freios que só um elevado idealismo pode criar e manter, os homens, como as nações, tendem para a violência sistematizada; é o predomínio da lei da selva.

Extirpar o homem a força criadora da fé é reduzi-lo a simples condição de animalidade.

O bolchevismo não satisfeito de arrasar a fé cristã estendeu a sua obra satânica de destruição a tudo que pudesse de qualquer forma atenuar o espírito agressivo das massas mal orientadas (OBINO, 1941, p. 230)

A ordem do dia de 1942 também manteve o mesmo expediente. Assinada pelo ministro Eurico Gaspar Dutra, o documento diz:

Faz hoje, precisamente, sete anos que se foram para sempre do nosso convívio os bravos e heroicos camaradas – oficiais e praças – que, em 27 de novembro de 1935, reagiram, de armas na mão, contra a rebelião comunista, desencadeada violentamente para subverter a ordem social e as instituições sob cuja proteção sempre viveu, trabalhou e prosperou o povo brasileiro e sob cujo pálio há de, com a ajuda de Deus, preservar, para honra nossa, a fim de trilhar a senda retilínea, seguida pelos nossos maiores e que nós, seus continuadores, temos a estrita obrigação de perlustrá-la (DUTRA, 1942, p. 243- 244)

Feitas as reverências, continua o general:

O Exército, a quem eles [oficiais mortos] legaram tão altruística herança, jamais se afastará do conformismo geral imposto pela dignidade da sua elevada missão social. Criado e educado da mesma forma por que o é a maioria do povo brasileiro, dentro deste puro espiritualismo cristão, não podemos admitir que se queira porventura impor-nos fórmulas violentas, inadequadas ao nosso clima moral, do cruento materialismo, por toda parte impraticável senão repudiado, inclusive no aspérrimo ambiente asiático donde tentara então ressuscitar (DUTRA, 1942, p. 244)

Vilões, diabos, traidores, vis. Entre adjetivos pejorativos o Exército criava em torno de si uma mística profunda que daria o tom da força pelas próximas décadas: a combatente do inimigo vermelho.

## Conclusão

Tendo analisado o período de quinze anos correspondente à Era Vargas, é possível traçar agora alguns diagnósticos acerca do sentimento anticomunista que permeou – e ainda permeia – o Exército brasileiro. Para tal, vamos recapitular o que foi visto na produção de conteúdo intelectual por parte da força.

Dentro do arco temporal estudado, foram publicados nas duas revistas elencadas 25 artigos acerca do tema “comunismo”, fossem quais fossem as abordagens. Se separarmos esses artigos por período de tempo, temos a seguinte configuração:



A análise do gráfico nos dá algumas conclusões, ainda que não encerre o assunto: em 1930 há um interesse incomum no tema que pode ser explicado pela imprevisibilidade do movimento revolucionário de 1930. Se atentarmos às abordagens dadas ao tema naquele ano – Educação como forma de contenção, União Soviética e diferenças entre fascismo e comunismo – vemos, no entanto, que a curiosidade era mais acadêmica do que propositiva. O tema ainda era alienígena.

De 1931 à 1936, o tema tem uma ascensão, ganhando mais interesse a cada ano. Não obstante há que se analisar, novamente, a abordagem. Até 1935 a temática foi vista pelas seguintes óticas: Sintoma do mal-estar moderno (quatro vezes), União Soviética (três vezes), teoria marxista (uma vez), educação (uma vez), diferenças entre fascismo e comunismo (uma vez). Pode-se inferir desse aumento desde o interesse às questões internacionais, como também a reorganização da esquerda no país. Ainda assim, não há, de forma latente, uma preocupação com a relação Exército e comunismo.

Isso muda em 1936. Esse ano, que tem o pico de produções sobre comunismo no período estudado, apresenta um artigo direto sobre o problema do comunismo no Exército. Do restante, pelo menos três tocam nesse ponto marginalmente – o que aborda os mortos da Intentona, o que defende o nacionalismo como bastião de defesa do país e o que fala sobre educação. Os outros dois restantes tocam em assuntos repetidos em outros anos.

De 1937 em diante há um desinteresse geral sobre o tema por parte das publicações. Nas poucas vezes em que ocorrem, mencionam exclusivamente a Intentona, seja lembrando o ocorrido ou transcrevendo as alocações emitidas por chefes militares. As celebrações dos mortos, por sua vez,

apreciam o evento de forma quase mítica, criando uma narrativa de maus soldados – os comunistas – e heróis da pátria – os que morreram em combate pelo lado legalista. Curiosamente, essa narrativa emerge exatamente no mesmo ano em que mínguam as publicações na força – 1937.

O que pode-se concluir deste estudo é que o anticomunismo enquanto uma ideologia coesa dentro do Exército passou a vigorar entre 1937 e 1938 e serviu de ensejo para o golpe do Estado Novo – e posteriormente para o golpe de 1964. Se antes existia dentro da força um sentimento anticomunista, ele era difuso e passava por diversas clivagens. Conforme aponta Celso Castro, é a partir da Intentona que, de fato, o Exército se torna anticomunista.

## Referências

### Documentos

A EDUCAÇÃO e as novas doutrinas sociais. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 201, p. 735, set. 1930.

A ROMARIA aos heróis. *Revista do Club Militar*. Rio de Janeiro, n. 68, ano 16, p. 57 – 62, nov. – dez. 1942.

A RUSSIA Soviética na realidade. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 239, p. 211 - 212, abr. 1934.

AOS que se sacrificaram em Defesa da Pátria. *Revista do Club Militar*. Rio de Janeiro, n. 62, ano 14, p. 61 - 66, nov. – dez. 1941.

ALBUQUERQUE, Pedro de Alcântara Cavalcanti de. Alocução do representante do Exército (1943). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

ATAHYDE, Tristão de. O socialismo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 258, p. 1199 - 1204, nov. 1935.

\_\_\_\_\_. O socialismo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 259, p. 1326 - 1335, dez. 1935.

BACKEUSER, Everardo. O Comunismo e a Educação. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 263, p. 426 - 427, abr. 1936.

BIJOS, Gerardo Majella. Insidia Comunista. *Revista do Club Militar*. Rio de Janeiro, n. 61, ano 14, p. 51, set. – out. 1941.

CARVALHO, Afonso. Alocução pronunciada no cemitério de São Francisco Xavier (1938). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CASTRO, Renato. Brasil, China da América. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 268, p. 291 – 293, set. 1936.

CAVALCANTE, Newton de Andrade. Alocução do representante do Exército (1937). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CAVALCANTI, Pedro. Alocução do representante do Exército. In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

COELHO, Durval. Filosofia Materialista. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 242, p. 248 - 251, jul. 1934.

CORREIA LIMA, A. F. O Exército Vermelho. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 247, p. 699 - 701, dez. 1934.

\_\_\_\_\_. Constituição Burguesa. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 249, p. 207 - 209, fev. 1935.

\_\_\_\_\_. Orientação político-social. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 252, p. 530 - 535, mai. 1935.

\_\_\_\_\_. Mystica Social e Exército. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 262, p. 308 - 312, mar. 1936.

DUTRA, Eurico Gaspar. Circular do Ministro da Guerra (1937). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

\_\_\_\_\_. Ordem do Dia do Exército (1939). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

\_\_\_\_\_. Ordem do Dia do Exército (1941). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

\_\_\_\_\_. Ordem do Dia do Exército (1942). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

FREIRE, Firmo. Alocução do representante do Exército (1940). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de. Alocução do representante do Exército (1939). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

GOMES, João. Ordem do Dia do Exército (1936). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

GUEDES, Mario José Pinto. Alocução do representante do Exército (1942). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

GUIMARÃES, Moreira. União Sagrada. *Revista do Club Militar*. Rio de Janeiro, n. 21, ano 4, p. 97 - 98, jan. 1932.

\_\_\_\_\_. Vista Panorâmica. *Revista do Club Militar*. Rio de Janeiro, n. , ano 5, p. 273 - 274, out. 1933.

HOMENAGEM aos que tombaram vítimas do movimento extremista de 1935. *Revista do Club Militar*. Rio de Janeiro, n. 74, ano 17, p. 21 - 23, nov. - dez. 1943.

M. C. As forças militares da Rússia Soviética. *Revista do Club Militar*. Rio de Janeiro, n. 14, ano 3, p. 103 - 106, mar. 1930.

\_\_\_\_\_. O fascismo e o bolchevismo. *Revista do Club Militar*. Rio de Janeiro, n. 15, ano 3, p. 128 - 131, jul. 1930.

MAGALHÃES, J. B. Hitlerismo, Fascismo, Bolchevismo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 234, p. 583 – 587, nov. 1933.

MAGLIO, Affonso. Discurso pronunciado na Escola de Aviação Militar, por ocasião da inauguração das photographias dos officiaes mortos em Novembro de 1935. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 266, p. 84 - 90, jul. 1936.

MAUL, Carlos. Nacionalismo e Communismo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 267, p. 158 - 172, ago. 1936.

MORAES, Ângelo Mendes de. Alocução do representante do Exército (1944). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

NASCIMENTO, Firmo Freire do. Alocução do representante do Exército (1940). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

OBINO, Salvador Cesar. Alocução do representante do Exército (1941). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

PAES LEME, Betim. O Communismo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 288 , p. 594 - 598, mai. 1938.

PEIXOTO, Natália. 50 anos após o golpe, São Paulo é palco de marchas a favor e contra a ditadura. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-03-22/50-anos-apos-o-golpe-sao-paulo-e-palco-de-marchas-a-favor-e-contra-a-ditadura.html>>. Acesso em: 25/04/2014.

PILLAR, Olyntho. Mês Histórico. *Revista do Club Militar*. Rio de Janeiro, n. 62, ano 14, p. 17 – 18, nov. – dez. 1941.

RIBEIRO FILHO, João Gomes. Ordem do Dia do Exército (1936). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

SILVA, Valentim Benício. Alocução do representante do Exército (1938). In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

WIEDERSPAHN, H. O. O Marxismo, o inimigo comum! *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 266, p. 77 - 83, jul. 1936.

## Bibliografia

ALEXANDER, Robert. O Movimento Tenentista. In: FIGUEIREDO, Eurico (org). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. Os Tenentes depois da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico (org). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ARAGÃO, José Campos de. *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986.

CAPELATO, Maria. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONNIFF, Michael. Os Tenentes no Poder: uma Nova Perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico (org). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. O Manifesto Comunista. In: BOYLE, David. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FERREIRA, Oliveiros. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: SENAC, 2000.

FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e Poder: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

GOMES, Angela Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: GOMES, Angela Castro; OLIVEIRA, Lúcia; VELLOSO, Mônica. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. A construção do Homem Novo: o trabalhador brasileiro. In: GOMES, Angela Castro; OLIVEIRA, Lúcia; VELLOSO, Mônica. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES PEDROSA, Fernando Velôso. O Anticomunismo Militar no Brasil. In: III Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas, 2012. *Anais*. Meio digital.

MCCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889 – 1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o Perigo Vermelho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PRESTES, Anita. *Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938~1945)*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WIRTH, John. O Tenentismo na Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico (org). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YOUNG, Jordan. Aspectos Militares da Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico (org). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.